



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)
CAMPUS DE PORTO NACIONAL
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARIA GABRIELLA BRITO BEZERRA

PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE SOJA NO TOCANTINS
POLÍTICAS PÚBLICAS E MERCADO (2008 – 2018)

PORTO NACIONAL – TO
2019

MARIA GABRIELLA BRITO BEZERRA

PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE SOJA NO TOCANTINS
POLÍTICAS PÚBLICAS E MERCADO (2008 – 2018)

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Relações Internacionais, do Campus de Porto Nacional, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), como parte das exigências para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Dirceu Marchini Neto
Coorientador: Prof. Dr. José Pedro Cabrera Cabral

PORTO NACIONAL – TO

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

B574p BEZERRA, Maria Gabriella Brito .
PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE SOJA NO TOCANTINS : POLÍTICAS
PÚBLICAS E MERCADO (2008 – 2018) . / Maria Gabriella Brito BEZERRA. –
Porto Nacional, TO, 2019.

54 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Porto Nacional - Curso de Relações Internacionais, 2019.

Orientador: Dirceu Marchini NETO

Coorientador: José Pedro Cabrera CABRAL

1. RELAÇÕES INTERNACIONAIS;. 2. TOCANTINS;. 3. EXPORTAÇÃO;. 4. TERRITÓRIO.. I. Título

CDD 320

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARIA GABRIELLA BRITO BEZERRA

PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE SOJA NO TOCANTINS
POLÍTICAS PÚBLICAS E MERCADO (2008 - 2018)

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Relações Internacionais, do Campus de Porto Nacional, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), como parte das exigências para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais. Aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: ____/____/____.

Banca examinadora:

Professor Doutor Dirceu Marchini Neto – Universidade Federal do Tocantins (Orientador)

Professora Doutora Fabiana Scoleso – Universidade Federal do Tocantins (Examinador)

Professor Doutor Jan Marcel de Almeida Freitas Lacerda – Universidade Federal do
Tocantins(Examinador)

*Dedico esta obra aos meus, Maria Regina minha
mãe, Francisco Atalmir meu pai (in memorian) e a meu irmão
André Luiz...*

AGRADECIMENTOS

Para ser sincera não sei bem por onde começar depois de tantas vivências nestes cinco anos estando na Universidade Federal do Tocantins, academia que me acolheu tão bem mesmo com os atropelos. Agradecer pela vida ao Criador maior já é um início penso eu, afinal, Ele é inteligência suprema e causa primária de todas as coisas (KARDEC, 2016). Depois da gratidão pela oportunidade da vida, eu agradeço à quem aceitou a missão de me acolher e me educar, me orientar pelos caminhos e me dar todo o apoio pra que eu pudesse estudar e me tornar uma pessoa mais capacitada intelectualmente, devo isso aos meus pais: Maria Regina que sempre me incentivou “Minha filha estude, o conhecimento é algo que ninguém nunca irá tirar de você!” e sempre me mostrou os melhores caminhos para que eu trilhasse; meu pai Francisco Atalmir (*in memoriam*) que com sua alegria e ânimo diário me ligava todas as manhãs para me lembrar do seu amor e companheirismo me dando forças diárias para realizar o seu sonho de ter uma filha doutora (sim com doutorado), mas que infelizmente não pôde presenciar fisicamente os meus momentos de acadêmica mesmo eu sabendo que sempre esteve por perto. Ao meu irmão André Luiz e demais familiares agradeço pela paciência de me suportar nos meus dias mais difíceis, que junto com pessoas que foram fundamentais para que eu superasse os dias turbulentos e de aflição me deram todo o apoio: Lucas, Raquel, Natalya, Gui e Duda, vocês são especiais. Agradeço à todos os professores da UFT que colaboraram com a minha formação pessoal e profissional, Gleys Ially que me ensinou como é lindo ser mulher, Ana Lúcia com seu conhecimento histórico e paciência me ensinou a importância da leitura acadêmica, Fernando Furquim que me mostrou as melhores plataformas de pesquisa e sempre teve paciência e compreensão, em especial aos meus orientadores José Pedro Cabrera Cabral que desde o primeiro período muito prestativo e cuidadoso com a primeira turma, quem me deu o suporte e o empurrão para que eu pesquisasse o que eu quisesse e gostasse independente de tudo, sendo amigo, com as melhores reuniões na lanchonete e nos mostrando como é bom fazer o que ama; e Dirceu Marchini Neto que com sua chegada à UFT me mostrou como é bom estudar Direito, ainda mais alinhado à boas gargalhadas, obrigada por me apoiar neste projeto, pela paciência e por todas as broncas e todos os e-mails de coragem e incentivo mesmo quando tudo pareceu perdido. Agradeço à todos professores do ensino fundamental e médio, obrigada pela base que me deram para me tornar quem sou. Obrigada à todos que sempre me deram força, incentivo e acreditaram no meu potencial.

Nascer, morrer, renascer ainda e progredir sempre, tal é a lei.

Allan Kardec

RESUMO

O Estado do Tocantins, com apenas trinta e um anos de autonomia política transformou-se em um território privilegiado para o desenvolvimento de atividades agroindustriais, sendo considerado na atualidade uma das fronteiras agrícolas mais importantes do Brasil considerando que é um dos maiores produtores de soja do país, além de exportador do produto. O objetivo geral desta pesquisa é analisar o processo de construção do espaço agrário tocantinense, as contribuições estatais através das políticas públicas voltadas para o setor de agronegócio especificando a produção de soja no Estado, além de uma análise de dados destes objetos de estudo. As análises demonstraram a fundo o crescimento e as oscilações entre os números relacionados à produção e à exportação, em decorrência das crises e turbulências políticas e econômicas que se fizeram presentes no período entre 2008 e 2018, demonstrando a importância das políticas públicas mesmo que os resultados sejam a longo prazo.

PALAVRAS-CHAVE: relações internacionais; Tocantins; exportação; território.

RESUMEN

El Estado del Tocantins, con solamente 31 años de autonomía política ha sido transformado en un territorio privilegiado para el desarrollo de actividades de la industria agrícola, siendo él considerado en la actualidad una de las fronteras agrícolas mas valoradas de Brasil teniendo en cuenta que es uno de los más grandes elaboradores de la soja del país además de exportador del producto. El objetivo general de esta investigación es analizar el proceso de la construcción del espacio agropecuario del Tocantins, a la contribución del Estado a lo largo de las políticas públicas direccionado para el sector de agronegocios especificando la producción de la soja en el Estado a parte de un revelamiento de los datos de estos objetos de estudios. Los análisis indican en particular crecimiento y oscilación entre los números relacionados a la producción y la exportación, en consecuencia de las crisis y turbulencias políticas y económicas que se hicieron presente en el período desde el año 2008 hasta 2018, no obstante demuestran la importancia de las políticas públicas incluso si el resultado sea a largo plazo.

PALABRAS CLAVE: relaciones internacionales; Tocantins; exportación; territorio.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Variação total de PIB e Variação per capita de PIB.	33
Gráfico 2 – PIB pela ótica da oferta.	33
Gráfico 3 – Exportação sojeira tocaninense 2008- 2018	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Amostra Censo migração de pessoas, Estado do Tocantins, 2010	22
Tabela 2 – Balanço e Relatório 4 anos PAC Tocantins, 2007 a 2010	24
Tabela 3 – Balanço e Relatório 4 anos PAC Tocantins, 2015 a 2018	25
Tabela 4 - Agricultura e Desenvolvimento Rural – Irrigação e Drenagem – Resultados até 2017.	27
Tabela 5 - Produção de Soja em Lavoura Temporária 2009 – Tocantins	34-35
Tabela 6 – Produção de Soja em Lavoura Temporária 2013 – Tocantins	35
Tabela 7 - Produção de Soja em Lavoura Temporária 2014 – Tocantins	36
Tabela 8 - Produção de Soja em Lavoura Temporária 2018 – Tocantins	36
Tabela 9 - Quantidade em Dólares de soja exportada pelo Brasil	37
Tabela 10 – Exportações do Estado do Tocantins produtos em Geral	38- 39

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tocantins no Brasil

18

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FMI - Fundo Monetário Internacional

OMC – Organização Mundial de Comércio

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário

MATOPIBA – uma fronteira agrícola formada por áreas territoriais do estado do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial

p. – Página

Vol. – Volume

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PDRS - Política Nacional de Desenvolvimento Regional Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável

PAC- Programa de Aceleração de Crescimento

FDE – Fundo de Desenvolvimento Econômico

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

PIB - Produto Interno Bruto

FOB – Free On Board (Livre a Bordo)

SUMARIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E NEOLIBERALISMO.....	14
3	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO TOCANTINENSE	23
4	PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE SOJA NO TOCANTINS, UMA ANÁLISE DE DADOS.....	32
4.1	Balanço Produtivo Tocantinense.....	35
4.2	Balanço Exportativo Tocantinense.....	38
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
	REFERÊNCIAS.....	45
	ANEXOS.....	50

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2008 o mundo foi marcado por uma das maiores crises econômicas existentes, a crise imobiliária norte americana teve impacto mundial em decorrência da perda de confiança nas instituições com ativos imobiliários (CINTRA; FARHI., 2008). A oscilação da valorização do dólar teve diversas influências no Brasil, como a redução do IPI, a falta de dinheiro para empréstimos nos bancos, a alta e baixa de juros e a desestabilização da inflação, seguido de uma progressão no ano de 2010 (GASPARIN, 2011).

A partir destes primeiros pontos, esta pesquisa que se caracteriza como qualiquantitativa em virtude de haver um debate teórico presente e relevante, além de análises numéricas de dados específicos à serem analisados. Dividida em três capítulos principais a pesquisa tem como objetivo do segundo capítulo realizar um debate histórico em relação a reorganização do espaço agrário tocantinense; seguido do terceiro capítulo que visa analisar a implantação de políticas públicas para a agricultura no Tocantins e seus resultados de aplicação; e quarto e último capítulo um balanço de dados específicos da produção e da exportação de soja no Estado do Tocantins.

No período que parte de 2008 o Tocantins nos seus 20 anos de criação, no auge da reorganização do território agrário local recebendo novos habitantes vindos de outras regiões do país, todos em busca de novas oportunidades de trabalho e criando muitas expectativas voltadas para o agronegócio. A agricultura é uma atividade que cresce constantemente desde os seus primórdios e neste período começa a ser mais do que nunca uma atividade essencial para a economia brasileira. Considerando todas as dificuldades econômicas que o mundo passava, os setores produtivos se enfraquecendo com a alta e baixa de juros, a elevação da inflação, e outras condições que afetavam o desenvolvimento das atividades econômicas, a agricultura mesmo a passos curtos se desenvolvia.

Além da crise econômica mundial, posteriormente no espaço entre 2013 e 2016 uma crise econômica brasileira surge acompanhada de uma crise política além de problemas climáticos que provocam uma quebra de safra na agricultura. Este período gera uma queda no PIB agropecuário, que é uma terminologia usada pelo IBGE para considerar bens e contribuições primários como o ramo agrícola e pecuário. Em 2016 o resultado agrícola foi ruim, tendo como causa problemas climáticos influenciando a safra de soja negativamente com uma redução em 1,8% (SENKOVSKI, 2017).

A colaboração dos governos estadual e federal neste período tiveram papel importante para superar essa queda e continuar desenvolvendo o setor mesmo com os impecílios da crise econômica mundial e da crise econômica e política que implodiu no Brasil. Políticas públicas foram criadas visando o apoio ao produtor rural e o fortalecimento da agricultura nacional, onde observa-se a participação de instituições externas em financiamentos de programas e projetos voltados para a melhoria do setor.

Parcerias comerciais também foram estabelecidas durante este espaço, sendo o Brasil o segundo maior produtor de soja do mundo, o que contribuiu para o escoamento da produção tocaninense, estabelecendo o comércio de exportações como uma possibilidade de o produtor agrícola comercializar sua produção, crescendo cada vez mais a produção de soja local e a exportação, consequentemente o Tocantins passa a estar no ranking dos dez maiores produtores exportadores de soja do Brasil (EMBRAPA, 2019).

2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E NEOLIBERALISMO

Território é tido como a base geográfica do Estado (solo, rios, lagos, baías, portos e etc.) sob qual exerce ele a sua soberania(FERREIRA, 2001, p. 708). A partir de uma conceituação do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (BRASIL, 2003, p. 4), tem-se território como sendo um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e extremamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. Tal definição parte de uma afirmação precisa e significativa de que território está estritamente relacionado a um espaço físico, a algo material e com alguns critérios variáveis que podem o influenciar, onde se caracteriza como ambientes.

Dada por um ângulo divergente da descrita acima pelo MDA, (MIRANDA, 2012, p.124) descreve território de forma que envolve especificamente, arbítrio, criação, nexos e poder, formando então uma série de conflitos e compromissos propostos para o posicionamento de referida região ou cidade em que se localiza o território. Já em outras concepções de território, inclui aspectos de constituição e poderio, dessa forma tendo de ser analisado todo o contexto que comporta determinada região onde se está localizado o referido território. A caracterização do conceito de território, deve ser analisada também, a partir dos estudos de desenvolvimento, associando à um nível nacional e internacional de análise, não apenas arraigado ao crescimento econômico ou as metas e indicadores quantitativos (MIRANDA, 2012, p.125).

Levando em consideração desde as dificuldades locais, até as potencialidades que ali se percebe, o ambiente urbano até uma amplitude rural, sejam elas regional, municipal, estadual ou nacional, para uma análise de Desenvolvimento Territorial, é pertinente também considerar o conceito de Desenvolvimento e Território por si só. Esteva (2000, p.59) elaborou um conceito que foi bastante útil no ocidente no fim da Segunda Guerra Mundial, caracterizando a chamada era do desenvolvimento.

Esteva(2000, p.59) define desenvolvimento a partir da afirmação que é preciso que nos dediquemos a um programa ousado e moderno que torne nossos avanços científicos e nosso

progresso industrial disponíveis para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas. O antigo imperialismo – a exploração para lucro estrangeiro – não tem lugar em nossos planos. O que imaginamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma distribuição justa e democrática. Com essa conceituação, especificamente em 20 de janeiro de 1949 o Presidente Truman usou a palavra subdesenvolvido criando aí, segundo Esteva (2000, p.60), um novo sentido para o uso de desenvolvimento criando o eufemismo, sendo utilizado modestamente referindo-se à hegemonia americana ou aos países que são desenvolvidos do Norte da América, tornando-os referência para os países do Sul, para que dessa forma superassem as condições de atraso econômico em que se encontrassem.

A partir dessas colocações, criou-se um paradigma especialmente no ocidente, em que o desenvolvimento está centralizado no Norte das Américas, impedindo que a população com divergências culturais, possam determinar livremente seus próprios padrões de desenvolvimento social. No entanto, Escobar (1996) ressalta as noções que se associam ao termo desenvolvimento: crescimento, especialização, industrialização, urbanização, acumulação de capital, planejamento, modernização e ajuda externa. Afirma que, para justificar a expansão dessa economia de desenvolvimento pelo mundo, construiu-se a noção de subdesenvolvimento e de Terceiro Mundo e se criou todo um aparato institucional/financeiro (Banco Mundial, FMI, OMC) e também profissional (burocratas e consultores especialistas) para espalhar a sua ideologia e implantar ações para possíveis “resgates” de pobres e subdesenvolvidos do planeta.

O neoliberalismo tem sido uma espécie de releitura atualizada do liberalismo a partir das concepções econômicas neoclássicas. Trata-se, pois de uma determinada visão social do capitalismo a partir da ótica dos capitalistas, portanto, da burguesia. Assim, tornou-se um conjunto de ideias capitalistas de políticas e economia fundadas principalmente na não participação do Estado na economia e, na liberalização total do comércio (mercado livre) em nível mundial. Enfim, defende a livre circulação de capitais internacionais, abertura das economias nacionais para a entrada de multinacionais, a implantação de ações que impeçam o protecionismo econômico, adoção de política de privatização de empresas estatais etc (OLIVEIRA, 2015, p. 4).

A produção capitalista no final dos anos 1990, identificou muitas mudanças no processo já citado anteriormente, dificuldades em alguns governos socialistas da Europa, mas concomitante ao desenvolvimento do capitalismo mundial por um viés neoliberalista, projetando uma reorganização dos territórios mundiais. A novidade no plano mundial, foi a presença de monopólios que se formaram em países emergentes alinhado ao processo de ascensão internacional de setores da burguesia nacional com apoio do Estado, propondo a associação de empresas monopolistas internacionais com empresas nacionais, tornando-as

empresas mundiais (OLIVEIRA, 2014 p. 17). Esse processo, propagou o capitalismo nos países em desenvolvimento, transformando-os em Estados capitalistas participativos na mundialização do comércio.

A mundialização assumiu, portanto, as características básicas do capitalismo monopolista no final do século XX, integrando o capital em escala mundial, criando empresas mundiais (OLIVEIRA, 2014 p. 19). Esse processo provocou um incentivo à produção, sem discriminação de território específico, mas principalmente direcionado onde existir maior viabilidade de uma despesa baixa e apoio técnico viável, assim também dando base ao nascimento das hoje chamadas transnacionais, e proporcionando um reordenamento territorial por meio do desenvolvimento.

Ao longo do século XIX alguns pesquisadores destacam que algumas tentativas de modernização da agricultura ocorreram nesse período, no entanto é no século XX que na agricultura se intensifica um novo período com o comércio de alimentos aliada há um desenvolvimento de novos processos e métodos técnico-científico produzindo o que chamou-se de modernização da agricultura. Com esse processo observou-se uma reestruturação na forma de produção, nos processos que desencadeiam a produção de alimentos (SANTOS; BISPO, 2017, p. 211-212).

Considerando a conceituação de desenvolvimento territorial definida pelo Estado, existe um planejamento estratégico da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do Estado brasileiro, que busca estratégias para o desenvolvimento dos territórios simultaneamente ao desenvolvimento de identidade e cidadania das regiões territoriais a serem fortalecidas. Essas estratégias estão voltadas para quatro áreas da SDT (Secretaria de Desenvolvimento Territorial), sendo elas: Gestão Social, Redes Sociais, Dinamização Econômica e Articulação das Políticas Públicas. A partir dessas áreas de atuação, existe o Programa Territórios da Cidadania, que consiste em uma estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável, e garantia dos direitos sociais voltado as regiões do país que mais precisam, com o objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos da cidadania (BRASIL, 2008).

Com o processo de mundialização do capitalismo monopolista e consequentemente, do neoliberalismo, a agricultura capitalista também se transformou (OLIVEIRA, 2015, p. 239). Essa transformação acompanhada da globalização, e programas como os citados anteriormente, proporcionaram em muitos aspectos a construção de um espaço privilegiado para a produção agroindustrial no Tocantins, a chegada das grandes empresas de plantio,

defensivos e adubos proporcionaram grandes oportunidades para o cultivo de um dos grãos mais consumidos do mundo, a soja.

Programas como esses do SDT, veem em algumas das regiões que tem potencial para a articulação do desenvolvimento territorial e/ou já se desenvolvem. No caso do Tocantins, partindo de uma concepção em que essas estratégias devem proporcionar respaldos para o processo de crescimento regional. No Brasil, o desenvolvimento territorial rural, segundo Montenegro Gómez (2006, p.32) divide-se no duplo rural, o rural do atraso e o rural da possibilidade, onde se propõe a comparação que aponta um desenvolvimento pressuposto tanto na colonização do social pelo econômico, universalizando comportamentos ocidentais alinhados na lógica de mercado e na repetição e acumulação do capital. Vendo assim a implantação das possibilidades de monitoramento que proporcionam um governo do social que pode garantir uma reprodução daquele sistema socioeconômico que vigora.

Segundo Santos e Silveira (2003), propõe uma análise crítica de determinado posicionamento em que a reprodução social que vigora está na compreensão da necessidade que tem o desenvolvimento em cientificar a reprodução social, com a perspectiva de tornar mais fácil o relacionamento entre novos territórios e a dinâmica capitalista de reprodução do espaço.

Os programas do SDT, em seu exercício no Tocantins, buscaram adaptar-se a realidade do desenvolvimento agropecuário do Estado, incluindo em grande parte os pequenos agricultores e os que trabalhavam com agricultura familiar, que já vinham de conflitos não retratados, que proporcionaram uma grande e rápida transformação no espaço agrário do Tocantins. Basicamente, com a falência do mercado do ouro, a agricultura foi tomando forma e se destacando dentro do cenário comercial do estado, atraindo novos empreendimentos.

O processo neoliberalista da mundialização do capitalismo e o nascimento das transnacionais, moldando novas formas de organização interna e de relações de trabalho, geraram o desenvolvimento de um movimento internacional de capitais tendo como ponto de partida o primeiro processo: a necessidade que houve na reconstrução da Europa e do Japão após a II Guerra Mundial (OLIVEIRA, 2014, p. 19). Todo esse processo refletido mundialmente compôs um emaranhado de influências posteriores no período de mundialização e capitalização dos países emergentes, sem exclusão do Brasil.

A associação do fluxo dos capitais privados associados de um país para o outro, que não pertencesse as transnacionais, desenvolveram-se mais do que os investimentos realizados diretamente nas empresas, gerando uma unificação contraditória do mercado financeiro

internacional, onde capital nacional e capital estrangeiro caminham lado a lado. No entanto, a produção capitalista mundial teve origem a partir da incorporação de mão de obra de muitos países, compondo uma escala produtiva internacionalmente integrada (OLIVEIRA, 2014, p. 20).

Deste modo, a maioria da mão de obra que compõe a estrutura destas transnacionais não é do país o qual se origina, no Brasil temos diversos exemplos de transnacionais que se desenvolveram neste mesmo processo, a partir de capital estrangeiro, mas o fato é que as alianças entre Estados nacionais e empresas transnacionais se dá, pois, essas empresas necessitam do Estado nacional para poderem enfrentar a mundialização. E vale ressaltar, para se mundializar, o Estado nacional precisa das empresas mundializadas para garantir sua legitimidade (OLIVEIRA, 2014, p. 27).

Figura 1 – Tocantins no Brasil.



Fonte: WIKIPÉDIA, 2019

Com uma localização geográfica bem organizada o Estado do Tocantins começou a se destacar entre as fronteiras interestaduais, fazendo divisa com cinco Estados e estando centralizado entre os mesmos. É um local especialmente propício às questões logísticas comerciais tanto do Estado quanto da produção da agricultura de fora do Estado. O crescimento da agricultura local foi totalmente vinculado a uma transformação da dinâmica territorial agrária do Tocantins (LIMA, 2017, p. 23). Esse crescimento proporcionou ainda uma dinâmica especial para a produção e exportação de *commodities*, assim nomeada a modalidade de vendas de toda a produção agropecuária e extrativista que diante do

capitalismo mundial monopolizado tem como principal destino o mercado internacional, com destaque na produção da soja, um grão de grande valor comercial e muito consumido, desde o consumo do grão na alimentação, até a produção do óleo e etc.

Sob o capitalismo monopolista mundializado, a agricultura passou a estruturar-se sobre uma tríade: a produção de commodities, as bolsas de mercadorias e de futuro e a formação das empresas monopolistas mundiais. O primeiro termo da tríade teve como objetivo transformar toda a produção do campo em produção de commodities (mercadorias) para oferecê-la ao mercado mundial. Ou seja, a produção de alimentos saiu da órbita da geopolítica como questão estratégica nacional, passando a ser simplesmente mais uma mercadoria a ser comprada no mercado mundial, independentemente de onde ela fosse produzida. Isso quer dizer que a lógica neoliberal atua no sentido de tentar converter todo alimento produzido em mercadoria, não para ser consumido pelos que o produziram, mas para ser adquirido por quem tenha dinheiro, onde quer que esteja no mundo. Entre as principais commodities do campo, estão o trigo, o milho, o arroz, a soja, o algodão, o cacau, o café, o açúcar, o suco de laranja, o farelo e o óleo de soja, entre outras. No Brasil, há também o etanol e o boi gordo. (OLIVEIRA, 2015, p. 240)

No interior desse processo de mundialização e do neoliberalismo, a agricultura que antes se baseava na produção dos camponeses sustentada por fortes subsídios agrícolas, na revolução verde, na agroquímica, passou a conhecer um grande processo de mudança (OLIVEIRA, 2014, pag.28). Um embate ideológico entre as culturas e as melhores formas de desenvolvimento surgiu, acompanhado de insegurança e dominação dos grandes latifúndios sustentados nas transnacionais que permaneceriam de pronto para a comercialização das *commodities*, formando novamente o monopólio mundial da produção das mesmas.

Esse crescimento na produção agrícola da soja propõe o entendimento da mudança do território tocantinense, da reorganização, da maior movimentação comercial e da alta produção. Segundo Lima (2017, p. 27), esse crescimento também propicia o Circuito Espacial Produtivo, que consiste na circulação de fluxos materiais e imateriais na organização de instâncias que são separadas geograficamente e separadas da produção, distribuição, comercialização e do consumo em um movimento constante, utilizando deste circuito para a compreensão do próprio crescimento e desenvolvimento agrícola do estado do Tocantins.

A abertura comercial e financeira –demandada pelos capitais financeiros nacionais e internacionais e por grupos vinculados à exportação/importação de bens e serviços–, juntamente com a reestruturação do Estado, foi fundamental na redefinição das relações estabelecidas pelas diversas frações do capital, entre si e com as classes trabalhadoras e o Estado, implicando o fortalecimento dos capitais internacionais e dos grandes grupos nacionais –que conseguiram se transnacionalizar e se financeirizar organicamente (FILGUEIRAS, 2006, p. 186).

A agricultura camponesa não foi excluída em favor deste crescimento e segue resistente ao desenvolvimento dos grandes produtores e dos grandes produtos, especialmente com políticas voltadas ao produtor de pequeno porte. Um acúmulo aos bens materiais e imateriais “reforçam a seletividade dos sistemas técnicos agrícolas modernos”, gerando uma característica específica da região produtiva (ELIAS, 2007, p. 57).

A determinação do espaço territorial a partir de todas as afirmações até agora analisadas, está diretamente ligada ao seu desenvolvimento, pode-se perceber e compreender algumas das mesmas reconhecendo o impacto do desenvolvimento da própria agroindústria modernizada no espaço tocantinense, influenciando todo cenário econômico, rural, cultural e político do Estado (LIMA, 2017, p. 26).

O processo de transformação e modernização do espaço territorial tocantinense, pode ser caracterizado a partir do *Economic process explanation* seguindo o raciocínio da Interdependência e Regimes Internacionais de Keohane e Nye. Esse raciocínio é fundamentado nas evoluções tecnológicas e desenvolvimento econômico dando ênfase ao maior desenvolvimento econômico de países e regiões industrializados, aumento e presença da comercialização internacional, além da diversidade logística de transporte e comunicações posteriores à virada do século (ESTRE, 2011, p. 31). Onde observa-se presente no processo de construção do espaço agrário de produção e exportação da soja, da construção Ferrovia Norte-Sul, na ativação do Polo Multimodal presente no distrito de Luzimangues, município de Porto Nacional, e também na BR-153 que já consiste no funcionamento do transporte terrestre brasileiro.

Com a intensificação da globalização e o fim da Guerra Fria, o Estado passou a ser considerado não mais como um ente isolado; e, em outra perspectiva, sofreu influência de redes transnacionais e maximizou suas resoluções de conflitos através de cooperações internacionais (CAMARGO; JUNQUEIRA, 2013, p. 20). Essas influências só aumentam com todo o movimento econômico de exportações, o que leva a um desenvolvimento em todos os âmbitos, territoriais, comerciais, gerando uma onda de produções em grande escala no Tocantins se tratando especialmente da agropecuária, criações e o que mais se desenvolveu nos últimos dez anos, o plantio de soja, o grão de ouro.

Uma das caracterizações voltadas para o cenário da agricultura no Tocantins, que muito influencia o território e seu desenvolvimento, foi a criação do Plano do Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA – uma fronteira agrícola formada por áreas territoriais do estado do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. No período de divulgação desta

nova fronteira agrícola houve uma repercussão grandiosa e o grande impacto foi o direcionamento desta fronteira agrícola para a produção de soja, proporcionando diversas modificações sociais nos estados componentes.

Segundo Santos e Bispo (2017), o MATOPIBA foi criado a partir de algumas ações previstas no acordo de cooperação técnica entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), por meio de um grupo denominado Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE), através do Decreto nº8.447, de 06 de maio de 2015. Abrangendo uma área de 337 municípios, 31 microregiões, e uma área total de 73.173.485 hectares.

A partir de incentivos fiscais e de produção de uma infraestrutura locais, mas, principalmente, incentivos à ocupação de terras a preços módicos, por meio do fomento dos estados e de grilagens de terras, constituiu-se um mecanismo de expansão e de ocupação que tinha na terra importante elemento da acumulação no que diz respeito à chegada da fronteira com soja: realizava-se a expropriação para formar uma fazenda de gado, aguardar a produção de soja chegar e vender a terra para tanto⁸. A terra neste momento se constituía, então, como uma mercadoria e se inseria em um mercado nacional de terras, modificado pelas políticas de “integração nacional”(BOECHAT; PITTA; MENDONÇA, 2017, p.160).

As informações referentes ao Produto Interno Bruto (PIB), pertencente à região do Matopiba demonstram um aumento do excedente, na maior parte incentivado pela ampliação da produção de condições que proporcionam a compreensão de que o agronegócio especialmente na área produtiva da *Glycine max* soja, possibilitando um o desenvolvimento econômico de grandes áreas do cerrado das regiões Norte e Nordeste do Brasil. (CAMPOS; MORAIS; SÁ, 2015).

A expansão de monocultivos para a produção de agrocombustíveis percebemos que, após a crise econômica mundial de 2008, há uma queda acentuada nos preços das commodities agrícolas no mercado internacional, com retomada de sua inflação por um curto período e uma tendência de queda destes preços a partir de 2012, o que se acentua ainda mais em 2014. Ao mesmo tempo, o preço da terra agrícola no Brasil mantém uma tendência inflacionária, o que nos levou a perceber um processo de “descolamento” entre o mercado de terras e o mercado daquelas commodities agrícolas (BOECHAT; PITTA; TOLEDO, 2017). (BOECHAT; PITTA; MENDONÇA, 2017, p.157).

A grande política da modernização do processo agroindustrial no Brasil, especialmente no sistema produtivo da soja gerou grande movimentação e conquista do Cerrado, inicialmente nos anos 1970 quando houve um processo de deslocamento e migração especialmente dos estados do sul do país, em direção ao norte e nordeste. Neste processo

migratório pode se incluir grandes empresas de financiamento, transnacionais de produção incluindo de vendas de defensivos, sementes e máquinas agrícolas além das grandes empresas que atuam nos processos de comercialização e exportação da produção (BOECHAT; PITTA; MENDONÇA, 2017).

Mesmo com todo o processo de modernização, a questão logística ainda deixa a desejar em alguns aspectos, os meios mais comuns de escoamento de produção agrícola são rodoviário que é predominante ocupando 68% dos transportes de carga, ferroviário que compõe 25% do transporte de cargas, e hidroviário que contempla cerca de 7% do transporte de cargas no Brasil (ANTUNES, et al., 2015).

A partir desse processo, o Tocantins foi se tornando um espaço diversificado em muitos aspectos, pessoas, culturas e serviços que também agregaram de quem viria de outro lugar do país. Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE no ano de 2010, o processo migratório no Estado do Tocantins classificado por regiões demonstra os seguintes números:

Tabela 1 – Amostra Censo migração de pessoas, Estado do Tocantins, 2010.

Região de Origem	Sexo Masculino (pessoas)	Sexo Feminino (pessoas)	Total (pessoas)
Norte	498.733	488.814	987.548
Nordeste	115.129	113.812	228.941
Sudeste	24.238	19.353	43.592
Sul	7.608	5.884	13.492
Centro-Oeste	52.995	49.435	102.430
Sem Especificação	3.288	3.386	6.674

Fonte: Tabela nossa com dados obtidos do IBGE (2010)

Todo o movimento de migração que se intensificou a partir do ano de 2008, influenciou diretamente na construção e modificação do espaço territorial Tocantinense, e mais especificamente se tratando do espaço agrário. Levando em consideração que a maioria destes migrantes que começaram a chegar e a trabalhar na maioria das vezes com a agricultura, pode-se considerar de influencia significativa para esse processo.

“A formação do Estado do Tocantins torna-se fundamental para a implementação do latifúndio e da empresa agrícola” (LIMA, 2017, p. 60) considerando que um novo Estado moldado e construído para a atividade agrícola e para a agropecuária tem uma contribuição significativa para o estabelecimento e fortalecimento da agricultura no país, uma vez que uma das maiores atividades econômicas do Brasil é a agricultura.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO TOCANTINENSE

A partir dessa movimentação migratória, o Tocantins passou a receber pessoas com uma diversidade de ocupações e projetos, dentre elas diversos agricultores, agrônomos e com eles acompanharam empresas. Com a percepção da necessidade de certos serviços além de serem atraídas por incentivos fiscais, onde se estabeleceram inicialmente na parte oeste do estado, no espaço conhecido como Vale do Araguaia (LIMA, 2017) onde hoje se encontra uma das regiões mais produtivas do país.

A prioridade pela modernização da agricultura no Brasil ocorre a partir do II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) – no qual a produção de insumos básicos (adubos, sementes melhoradas, agrotóxicos), dos meios de produção (máquinas e equipamentos) era uma das medidas previstas para o crescimento industrial. E na agropecuária a estratégia era a utilização de forma intensiva dos instrumentos de desenvolvimento científico e tecnológico, visando maior produtividade (MESQUITA, MENDONÇA, 2011 apud BISPO, p. 104, 2015).

Segundo Lima (2017) inúmeros programas governamentais de desenvolvimento e crescimento estão sendo implementados de 1997 a 2017, dentre eles: Avança Brasil, Política Nacional de Desenvolvimento Regional, Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS), Programa de Aceleração de Crescimento (PAC).

O Avança Brasil foi um projeto que durou entre 2000 e 2003, criado no segundo governo Fernando Henrique Cardoso, visando o desenvolvimento e maior crescimento regional do país. No estado do Tocantins, o programa esteve presente nos planejamentos da região Norte do Brasil, propondo a hidrovía Araguaia-Tocantins e ainda mobilizou cerca de 1,1 bilhões de dólares para a criação da Hidrelétrica de Lajeado (CARDOSO, 2008).

Posteriormente, sendo lançado em 2007 no primeiro governo do Lula, criou-se o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que buscou o reinício do planejamento e desenvolvimento de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país. Idealizado com estratégias em busca do desenvolvimento sustentável e acelerado, uma retomada de investimentos em alguns setores da estruturação do Brasil, o programa proporcionou de formas decisórias na geração de empregos e renda, desenvolvendo e aumentando investimentos públicos e privados em obras específicas, garantiu consumos de bens e serviços continuados, movimentando ativamente a economia e alguns dos muitos

efeitos negativos que refletiram em empresas nacionais por consequência da crise que ocorreu a partir de 2008 (BRASIL, 2019).

O PAC teve ação fundamental no Estado do Tocantins, nestes nove anos de execução, proporcionando o desenvolvimento de projetos que impactaram socialmente e economicamente o território tocantinense. Alguns empreendimentos envolveram logística, agropecuária, assistência social e geração de energia. Em sua primeira etapa, segundo o Balanço de 4 anos de 2007 à 2010, podemos observar na tabela a seguir os empreendimentos que colaboraram para a modernização do espaço agrário tocantinense.

Tabela 2 – Balanço e relatório 4 anos PAC, Tocantins, 2007 a 2010.

Tipo	Empreendimento	Localização
Social e Urbano/ Recursos Hídricos	Drenagem	Miracema do Tocantins
Social e Urbano/ Recursos Hídricos	Perímetro de Irrigação do São João	Povoado do São João
Construção Logística	Ferrovias Norte-Sul	Guaraí; Colinas do Tocantins; Palmas; Córrego Gavião; Araguaína e Aguianópolis.
Energia	Hidroelétrica de Estreito	Divisa Tocantins- Maranhão – Estreito
Manipulação de Recursos Hídricos	Macrodrenagem	Paraíso do To; Formoso do Araguaia e Miracema do To
Manipulação de Recursos Hídricos	Perímetro de Irrigação Propertins	Dianópolis; Rio da Conceição e Porto Alegre do To

Fontes: Tabela nossa com informações obtidas em:
BRASIL, Balanço 4 anos PAC (2010).
BRASIL, Relatório PAC Tocantins; (2010).

É nítido a colaboração deste programa na melhoria e transformação do espaço comercial e produtivo, levando em consideração que grande parte das obras desenvolvidas pelo PAC tiveram e ainda têm em alguns lugares uma importância singular, proporcionando

um incentivo na produção em determinada região. Por exemplo, perímetros de irrigação nas regiões do Povoado São João e o Propertins, na região de Dianópolis até Rio da Conceição dispondo a atividade de irrigação de plantio visando a melhoria da produção local e melhores condições de plantio. O escoamento de produção também ganhou um recurso através do PAC, a passagem da Ferrovia Norte-Sul em cidades estratégicas de distribuição de mercadoria local.

Nos relatórios de 2011 a 2014, foram dados continuidades dos empreendimentos que se iniciaram no primeiro período como registrado no primeiro Balanço, em decorrência que algumas dessas atividades não haviam sido concluídas.

Segundo o último e mais recente Relatório Regional Tocantins – Balanço do PAC dos anos de 2015 a 2018, a atualização mostra as atividades que ainda vigoram por originalidade do Programa, e novos empreendimentos criados a partir da perspectiva do PAC, promovendo sua continuidade. Na tabela abaixo pode-se ver os empreendimentos a partir de política pública criados nos últimos 4 anos que puderam contribuir para a modernização do espaço agrário tocaninense.

Tabela 3 – Balanço e relatório 4 anos PAC, Tocantins 2015 a 2018.

Tipo	Empreendimen to	Localização
Infraestrutura Logística	Hidrovia do Tocantins	Ao longo do Rio Tocantins
Infraestrutura Logística	Reforma do TPS, Infraestrutura do Lado Ar e Auxílios à navegação aérea	Aeroporto de Araguaína
Infraestrutura Logística	BR-153/TO- Adequação de capacidade	Paraíso do Tocantins-Aliança do Tocantins
Infraestrutura Logística	BR-153/PA/TO – Ponte Rio Araguaia	Xambioá
Infraestrutura Logística	BR – 253/TO – Construção da divisa TO/MA à Bom Jesus	Divisa TO/MA
Hidrovia	Corredor do Tocantins	MA/ TO/ PA
Recursos Hídricos – Irrigação	Projeto Rio Formoso	Região do Rio Formoso

Fontes: Tabela nossa com informações obtidas em:
BRASIL, 2018.

Todos esses últimos empreendimentos registrados na tabela acima, são essenciais para a produção agrícola no Tocantins, além de fundamental importância para o escoamento desta produção, onde existe uma necessidade de modernização e busca pelo melhor, mais rápido e mais seguro transporte para locomover os produtos. O projeto de irrigação do Rio Formoso um dos projetos que posteriormente entraria com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, tem um destaque nacional na produção de arroz e é tido como o maior projeto de irrigação do Estado do Tocantins, acompanhado de demais projetos foram juntos ferramentas para esse desenvolvimento contínuo dos últimos dez anos.

Sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), suas atividades inserem a organização de atores sociais e suporte para estruturas de instâncias de representatividade, de forma que alguns mecanismos de atividades sub-regionais, infraestruturais de pequena e média intensidade, incluindo apoio à inovação e intensificação de Arranjos Produtivos Locais (APLs), capacitações e suporte promovendo o aumento de ativos relacionais e ofertas de crédito para unidades produtivas (SILVA, 2010 apud LIMA, 2017).

Outro projeto no campo de políticas públicas que se faz presente no cenário do agronegócio tocantinense, é o PRODOESTE– Programa de Desenvolvimento da Região Sudoeste do Tocantins, um projeto proposto pelo Governo do Estado do Tocantins, que teve início no ano de 2012 e término ao ano de 2017. O Programa teve como objetivos regularizar a oferta hídrica, infraestrutura produtiva e complementar, promover e apoiar o comércio, gestão ambiental e de recursos hídricos e fortalecimento institucional, sendo financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo Governo do Estado do Tocantins. (TOCANTINS, 2014 apud DUARTE, 2018).

O programa em questão, o PRODOESTE está no entorno da Ilha do Bananal – Tocantins, que se constitui a maior Ilha fluvial do mundo, localizada em uma área de ecótonos e dentro de um sítio de Zona úmida, ou seja, é um sítio Ramsar. E que apresenta outras particularidades como: em alguns municípios onde se realizará o PRODOESTE, encontramos nas proximidades as comunidades indígenas e temos áreas de proteção ambiental próximo à área da construção das barragens (BISPO, 2015, p.108)

Segundo o Relatório de Gestão Ambiental e Social do Projeto (2010), descreve que o Programa afetará a área das bacias hidrográficas dos rios Pium e Riozinho, as mesmas localizadas no sudoeste do Tocantins, envolvendo quatro municípios: Cristalândia, Pium,

Lagoa da Confusão e Chapada de Areia. O objetivo geral do programa, consiste em promover o desenvolvimento sustentável na Região Sudoeste do Estado por meio de algumas ações voltadas especificamente através de: execução de projetos hidroagrícolas, proporcionando a viabilidade da agro-industrialização na região; a expansão das estruturas de armazenagem e distribuição de água para a irrigação na época de seca, o que permite explorar duas culturas mesmo nessa época, e na época chuvosa produção de até três culturas; o aumento da geração de empregos em decorrência das três safras anuais, e do processo de agro-industrialização da região; uma melhor qualidade de vida para a população através da organização ambiental responsável por meio de atividades de saneamento básico e infra-estrutura assim como também do controle dos recursos hídricos; e também por uma viabilização do Programa à população de menor renda (BID, 2010).

O Programa PRODOESTE tem uma perspectiva de estabelecimento de 20 anos e é constituído por seis projetos definidos por Pium, Riozinho, Mesopotâmia, Xavante, Dueré e Urubu que se desenvolveram por etapas predefinidas e separadas de acordo com as políticas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BR-L1152 apud DUARTE, 2018).

Tabela 4 - Agricultura e Desenvolvimento rural, Irrigação e Drenagem - resultados até 2017.

	Quantidade	
	2014	2017
Empregos diretos adicionais gerados	5.000.00	5.000.00
Empregos indiretos adicionais gerados	10.000.00	10.000.00
Aumento da renda agrícola média líquida anual por hectares irrigados das famílias beneficiadas	R\$ 103,00	R\$ 1,970.00

Hectares irrigadas por meio da infraestrutura de irrigação construída pelo projeto	4.500.00	7.100.00
Aumento no percentual de agricultores na área beneficiada pelo projeto que cumprem com a regulamentação ambiental vigente incrementada	50%	100%
Propriedades agrícolas/ Agricultores com acesso a melhores serviços e investimentos agrícolas no Estado	1.400.00	1.600.00

Fonte: Autoria própria, 2019.

Com esta tabela podemos observar um progresso e impactos benéficos que só aumentaram ao longo dos anos. O projeto propõe metas para o desenvolvimento regional, como o objetivo de no mínimo 11 mil empregos diretos gerados, seguindo de 23 mil empregos indiretos à serem gerados ao longo do desenvolvimento do programa (BID, 2016). Importante ressaltar ainda, o crescimento na regulamentação das situações ambientais entre os produtores adeptos ao programa, sempre propondo ao agricultor a forma legal e correta de desenvolvimento gerando também maior acesso as ferramentas e investimento gerados pelo Estado visando a agricultura local (BID, 2018).

O Tocantins também ampliou sua política de incentivos fiscais com os programas Proindústria, Prosperar, E-commerce e outros que correspondem à implementação de redes de comércio atacadista, incentivos para indústrias de medicamentos, agroindústria e indústria automotiva. A estratégia territorial, componente central do Avança Brasil e dos outros programas, visa a intensificar a fluidez do território

extremamente seletiva, pautada em uma logística complexa, sistemas multimodais de transporte e comunicações (LIMA, 2017, p. 113).

Concedidos pela administração pública, os programas de incentivos fiscais foram criados visando como o próprio nome já explicita, um estímulo para empresas prestarem serviços colaborando com o desenvolvimento específico de determinado setor ou de atividades econômicas, podendo ser concedidos nos âmbitos federal, estadual ou municipal. Essa técnica é usada a partir da redução da porcentagem das alíquotas, da compensação de pagamentos dos tributos ou a isenção total dos mesmos, proporcionando a possibilidade de investimento dos valores nas atividades próprias, podendo gerar empregos e aumentar as movimentações econômicas (FERNANDES, 2019).

Para conquistar o direito ao incentivo fiscal, o empreendedor deve apresentar projeto de viabilidade econômico-financeira ao Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE-TO), responsável pela administração dos programas de benefícios fiscais e outros projetos de desenvolvimento do Estado do Tocantins, ligado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura (Seden). (TOCANTINS/FONTES, 2018, p. 01)

O Proindústria, incentivo fiscal que beneficiou o Tocantins, criado pela Lei nº 1.385, de 9 de julho de 2003, regulamentada pelo decreto nº 2.845, de 14 de setembro de 2006, teve como beneficiário as Indústrias com intuito de: (i) incentivar a utilização e a transformação de matérias-primas locais; (ii) gradual exoneração da produção; (iii) criação de emprego e renda; (iv) interiorização da atividade industrial. Constituiu em Isentar de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS propriedades como: matéria-prima e insumos para operações internas, energia elétrica, vendas para órgãos públicos, operações internas e importação de equipamentos e bens para ativos fixos, prestação de serviços interestaduais. Além de uma carga tributária efetiva do ICMS de 2%, e de 0,3% para o Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) (LIMA, 2017, p. 114)

Já o Prosperar, fundamentado na Lei nº 761, de 08 de junho de 1995, visa empresas com projetos de viabilidade econômica para execução ou expansão de unidades industriais, agro-industriais ou comerciais atacadistas e turísticas, a fim de gerar empregos e gerar emprego e renda. A forma em que o governo utilizou para este incentivo foi isentando de ICMS: operações internas e importação de equipamentos e bens para ativos fixos, energia elétrica e uso de serviços de comunicação nos primeiros 5 anos, mesmo após 5 anos pagamento de 50% do valor, além de direcionar 0,3% para o FDE (Op. cit., p. 114).

Colaborando também com a produção em geral no Tocantins, designado pela Lei nº 1.695 de 13 de junho de 2006, o Complexo Agroindustrial, favorecendo fábricas de rações e suplementos de animais, reprodutores, comerciantes e abatedores de animais, genética e desenvolvimento de novas tecnologias de criação, industrialização e produção de aves, suínos, caprinos e bovinos, com a finalidade de (i) modernizar o setor agropecuário, (ii) ampliação da exportação e (iii) gerar emprego e renda. Isentar o favorecido do ICMS em quase toda a cadeia de produção, com benefício de vários descontos dependendo do tipo de animal ou atividade, além de uma contribuição para o FDE de 0,3% (Op. cit., p. 116).

O Programa de Incentivo E-commerce foi de importância singular para a movimentação da economia do Tocantins, criado pela Lei nº 1.641 de 28 de dezembro de 2005, privilegiou empresas que comercializem apenas pela internet, buscando gerar emprego e renda, fomentando uma nova modalidade econômica além de utilizar capacidade logística. Favorecendo através de uma contribuição de 1% do ICMS sobre vendas, e 2% em mercadorias que forem importadas para revenda, além de 0,3% para o FDE (Op. cit., p. 116).

Também para colaborar no escoamento de produções foi criado o Prologística, pela Lei nº 2.558, de 1º de março de 2012, beneficiando operadoras logísticas, centros logísticos e distritos empresariais a fim de utilizar a diversificação logística com a finalidade de melhor distribuir as produções do Estado tocaninense. O estímulo neste caso foi a isenção de até 75% sobre a prestação interna e interestadual de transportes de todos os modais e sistemas de armazenamento (Op. cit., p. 117).

Assim sendo, o estado do Tocantins, especialmente a parte centro-leste, apresenta dois movimentos importantes no campo, um deles associado ao avanço de atividades agrícolas, liderado pela soja para exportação in natura ou abastecimento das processadoras de soja no oeste da Bahia, além da pecuária moderna. O outro movimento corresponde ao desenvolvimento de atividades econômicas tradicionais na região associadas à pequena produção agrícola camponesa e também à pecuária extensiva, ambas com forte presença no estado, anteriores à entrada da produção de grãos para exportação no estado. (LIMA, 2014, p. 68)

Para a distribuição dos produtos, um fortalecimento partindo especialmente de grandes empresas além dos governos, muito influencia as zonas de exportação e transportes do Tocantins. Denominados “corredores” estas zonas compõem macrossistemas técnicos com utilidade predominantemente de corporações, com a funcionalidade do espaço com objetivo voltado para o mercado, favorecendo atividades dos empreendimentos da agroindústria (LIMA, 2017).

Neste contexto, as políticas públicas implementadas no Estado, tiveram um papel fundamental em todo o processo de construção e modificação do espaço agrário tocantinense, impulsionando a produção regional de soja e posteriormente o processo comercial exportativo do produto. Através dos programas e projetos voltados para o agricultor, essencialmente os projetos de irrigação e os que proporcionaram melhorias nas condições de cultivo, geraram-se resultados significativos para o aumento da produção. Do mesmo modo, os incentivos fiscais voltados para o processo comercial que gerou interesse em empresas e países para a comercialização e exportação da soja produzida no Tocantins.

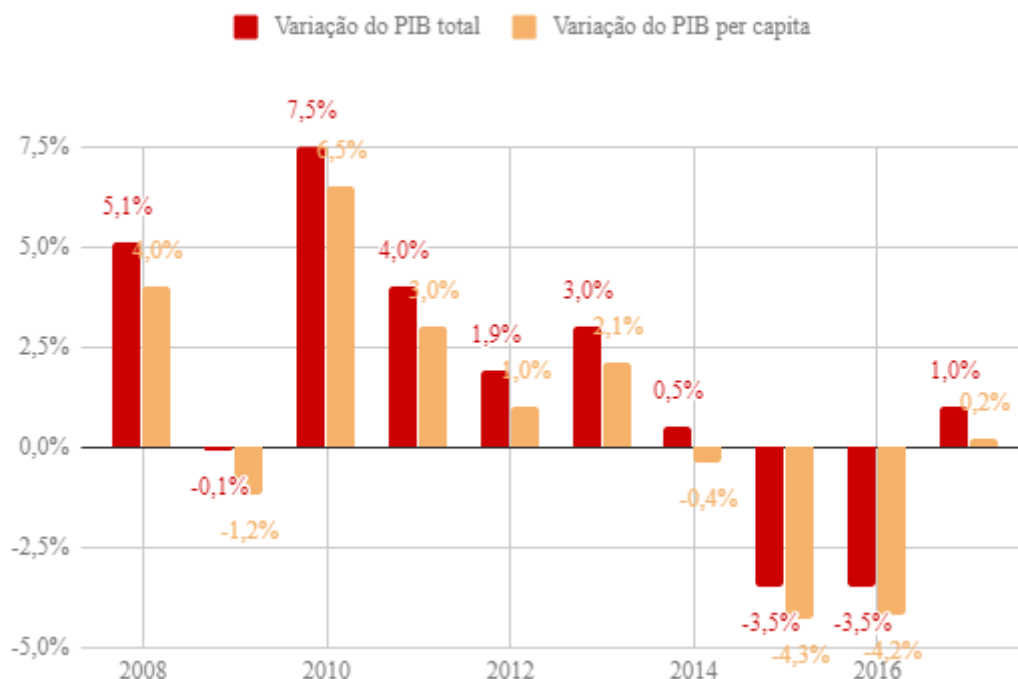
4 PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE SOJA NO TOCANTINS, UMA ANÁLISE DE DADOS

Segundo o IBGE e os resultados do Censo de 2006, os estabelecimentos agropecuários contavam 14.387.949 hectares de plantio, levando em consideração toda a movimentação decorrente das mudanças no território tocantinense, os resultados preliminares do Censo Agropecuário do Tocantins de 2017, o mais recente até o momento, nota-se um crescimento significativo contabilizando um total de 14.857.426 hectares de estabelecimentos agropecuários em desenvolvimento (IBGE, 2006).

Em 2005, o Tocantins contava com 14 empresas exportadoras, sendo 1 unidade da Cargil Agrícola e 5 unidades da Bunge Alimentos com faturamento entre US\$ 10 e 50 milhões, 3 empresas exportadoras de carne bovina sendo 2 com faturamento entre US\$ 1 e 10 milhões. Não há nenhuma pessoa física com faturamentos acima de US\$ 1 milhão. Em 2010, somam-se 43 empresas exportadoras, sendo a Minerva S.A, ligada à pecuária bovina com faturamento acima de US\$ 50 milhões; 1 unidade da Algar, 2 unidades da Cargil, 3 unidades da Ceagro Agronegócio, 2 unidades da Multigrain e 5 unidades da Bunge Alimentos com faturamento entre US\$ 10 e 50 milhões. Nesta faixa de faturamento há também 1 cooperativa de exportação de carne de Gurupí. Todas as empresas exportadoras do estado com lucros acima de US\$ 1 milhão estão diretamente ligadas à soja, com a exceção de três empresas ligadas à produção e exportação de carne. Nos anos de 2012 e 2013 as empresas relacionadas ao circuito produtivo da soja continuam compondo a maior parte do quadro exportador, expandindo a participação das *tradings* neste quadro com a entrada da ADM do Brasil e da Amaggi e Ld *Commodities* no ramo sojeiro e a Masterboi nas atividades de exportação referentes a pecuária bovina, totalizando 50 empresas exportadoras (SECEX/MDIC, 2014 apud LIMA, 2014, p. 75).

Nos últimos dez anos, esta movimentação gerou grande influência na economia e movimentação produtiva no estado do Tocantins, que gradativamente passou a ser um dos Estados que contribuíram para manter o Produto Interno Bruto – PIB que é o resultado da soma dos valores monetários de bens e serviços finais em seu total em uma região e período específico do país que apresentou estabilidade diante das crises financeiras mundiais e domésticas, especialmente com as atividades agrícolas. O site Gazeta do Povo publicou uma matéria analisando a movimentação do PIB no período dos anos de 2008 até 2017, demonstrando uma queda drástica entre os anos de 2014 e 2016, mas em 2017 um pequeno aumento em relação à diminuição anterior, como expressa o gráfico abaixo(POVO, 2018):

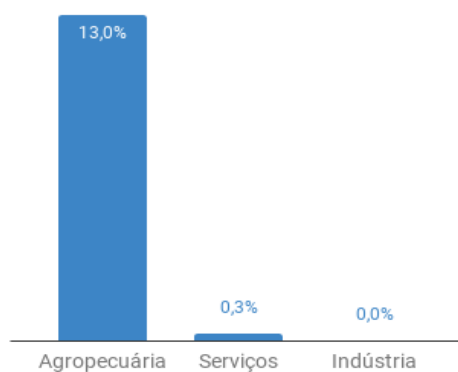
Gráfico 1 – Variação total de PIB e variação per capita de PIB.



Fonte: GAZETA DO POVO, 2018.

Até 2014 observa-se um grande aumento do ano de 2008 para 2010, seguindo de uma desestabilização entre 2011 e 2013 e um despencamento no ano de 2014. Assim, podemos recordar que o país também passava por uma crise política que resultou posteriormente no *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. No entanto, entre 2014 e 2017 a contribuição da agropecuária é nítida e claramente expressa na figura abaixo:

Gráfico 2 – PIB agropecuária pela optica da oferta.



Fonte: GAZETA DO POVO, 2018.

O gráfico acima, apresenta a contribuição nos últimos 10 anos, período do ano de 2008 a 2017, da agropecuária para o PIB nacional sendo analisado a partir da ótica de oferta, que segundo o site Mais Retorno, é a inclusão geral dos valores monetários aderidos à economia posteriormente somando tarifas e impostos que contribuem de forma direta ou indireta e subtraindo os benefícios (MAIS, 2019).

O Produto Interno Bruto do Estado do Tocantins de 2016, definido pela soma de todos os bens e serviços finais agregados à economia tocaninense, atingiu o valor de R\$ 31,6 bilhões, superando o ano de 2015, que foi de R\$ 28,9 bilhões. A participação do Tocantins no PIB nacional manteve-se em 0,5%, assim como sua posição no 24^a lugar no ranking brasileiro. O PIB per capita de 2016 foi R\$ 20.599 contra R\$ 19.094 em 2015, mantendo-se na 15^a posição no ranking nacional. Em 2016, o Tocantins teve uma queda em volume do PIB de 4,1% em relação a 2015. Essa queda também ocorreu em outras Unidades da Federação, com exceção de Roraima. No entanto, comparando a série (2002-2016) o PIB do Tocantins apresentou o maior crescimento acumulado em volume de 103,4%, dentre todos os estados brasileiros (TOCANTINS, 2016).

Por fim, vale ressaltar que no ano de 2016, “o setor Agropecuário teve uma queda em volume de -12,1% em relação ao ano anterior, decorrente da queda da produção e de rendimento da agricultura, em virtude das adversidades climáticas, principalmente no cultivo de soja” (TOCANTINS, 2017, p. 1).

4.1 Balanço Produtivo Tocantinense

Fazendo um balanço mais específico para a contribuição do Tocantins na produção e exportação de soja, que é o objeto de análise da pesquisa, para o PIB nacional e estadual, a partir dos dados do IBGE a estatística à respeito da produção nas pesquisas do instituto nos últimos dez anos, observa-se o seguinte em um apanhado de dados que demonstra a progressão produtiva das Lavouras temporárias que são a maioria do manejo no Estado:

Tabela 5 – Produção de soja em lavoura temporária, 2009 - Tocantins

Produção de Soja em Lavoura Temporária 2009 – Tocantins	
Quantidade produzida (toneladas)	875.428
Valor da produção (R\$ x 1000)	575.844,00

Área plantada (hectares)	315.560
Área colhida (hectares)	315.560
Rendimento médio (quilos por hectare)	2774

Fonte: Tabela nossa com dados obtidos do IBGE (2009)

As Lavouras temporárias são lavouras que o ciclo desde o plantio até a colheita acontece em um curto período temporal, sendo cultivadas em paralelo à principal cultura da fazenda podendo promover uma forma de descanso para a terra (SOUSA, 2018). Essa cultura temporária é muito comum no Estado do Tocantins, considerando que os produtores de soja também produzem o sorgo em modo alternado.

Já no ano de 2013, pode-se analisar que o crescimento tanto na questão produtiva quanto no montante de valorizações específicas das produções de soja. Isso fica claro em dados na tabela abaixo:

Tabela 6 – Produção de soja em lavoura temporária, 2013 - Tocantins

Produção de Soja em Lavoura Temporária 2013 – Tocantins	
Quantidade produzida (toneladas)	1.557.939
Valor da produção (R\$ x 1000)	1.203.175,00
Área plantada (hectares)	536.545
Área colhida (hectares)	536.545
Rendimento médio (quilos por hectare)	2.904

Fonte: Tabela nossa com dados obtidos do IBGE (2013)

Comparando este primeiro período em análise, percebe-se que se levarmos em consideração todo o processo de transformação do território comentado anteriormente pela chegada das novas empresas e novas tecnologias, obtem-se boas evoluções tanto na capacidade produtiva quanto na rentabilidade de toda a soja que foi produzida.

Segundo o IBGE (2014), o rendimento médio do ano de 2014 continuou crescendo, incluindo o valor da produção cresceu cerca de 500 milhões de reais, como mostra a próxima tabela, mesmo sendo o ano de estopim da crise política e comercial do Brasil, foi um dos anos mais produtivos para a produção de soja.

Tabela 7 – Produção de soja em lavoura temporária, 2014 – Tocantins.

Produção de Soja em Lavoura Temporária 2014 – Tocantins	
Quantidade produzida (toneladas)	2.094.100
Valor da produção (R\$ x 1000)	1.951.334,00
Área plantada (hectares)	719.356
Área colhida (hectares)	718.374
Rendimento médio (quilos por hectare)	2.915

Fonte: Tabela nossa com dados obtidos do IBGE (2014)

Fica expresso o contínuo crescimento da área plantada e do rendimento médio, no entanto uma oscilação em relação a colheita já é percebida, um sinal do declínio que foi comentado em relação ao PIB nacional em que a agricultura muito contribuiu, mesmo também estando em crise. De acordo com o IBGE (2015), a estabilidade produtiva foi mantida no ano posterior, apenas o rendimento oscilando no decorrer dos próximos quatro anos, mas a valorização da produção cresceu significativamente além do aumento da área plantada.

Tabela 8 – Produção de soja em lavoura temporária, 018 – Tocantins

Produção de Soja em Lavoura Temporária 2018 – Tocantins	
Quantidade produzida (toneladas)	2.667.936
Valor da produção (R\$ x 1000)	2.667.181,00
Área plantada (hectares)	917.608
Área colhida (hectares)	917.608
Rendimento médio (quilos por hectare)	2.907

Fonte: Tabela nossa com dados obtidos do IBGE (2018)

O rendimento foi o aspecto que mais oscilou durante estes anos conturbados de crise, a produção aumentou e o valor da mesma subiu, aumentando também a ocupação de áreas plantadas, o que diz respeito à grande ocupação de espaço territorial e tendo em vista que a maioria dos produtores de soja são grandes empresas ou produtores.

No ano de 2006, no primeiro Censo Agropecuário concluído pelo IBGE, o Estado contava cerca de 56.567 estabelecimentos agropecuários de todos os tipos, dentre eles

proprietários individuais, arrendatários, assentados, ocupantes, parceiros e produtores sem área, destes estabelecimentos cerca de 376 especificamente da produção de soja em lavoura temporária que é a forma de cultivo mais utilizada no Tocantins (IBGE, 2006).

Já em 2017, dez anos depois, o IBGE realizou um novo Censo Agropecuário quando observou-se o aumento significativo de estabelecimentos agropecuários em relação a 2006. Considerando todo o processo de modificação do espaço agrário tocaninense e a implementação de novas políticas públicas e incentivos fiscais, proporcionou-se melhores condições de compras de terra, financiamentos bancários para o trabalhador rural e novas tecnologias mais acessíveis. Entende-se que essa movimentação contribuiu para o número destes estabelecimentos crescerem para 63.808 em geral no Estado e de empreendimentos de produção de soja triplicarem para 1.086, ainda sendo lavouras temporárias e proporcionando também produção de outra cultura paralelamente (IBGE, 2017).

4.2 Balanço Exportativo Tocantinense

O Brasil é um dos maiores exportadores de soja do mundo. No período de 2008 à 2018, os números são progressivos e expressam uma contribuição significativa para as exportações brasileiras.

Tabela 9 – Quantidade em dólares de soja exportada pelo Brasil.

Ano	Quantidade em dólares de US\$ soja exportada pelo Brasil	
	Soja em grão ou triturada	Farelo de soja
2008	17.247.352.577,00	10.952.173.105,00
2009	17.247.352.577,00	11.424.264.951,00
2010	17.113.962.266,00	11.042.999.979,00
2011	24.139.604.642,00	16.322.085.276,00
2012	26.114.836.434,00	17.449.785.616,00
2013	30.965.112.820,00	22.812.299.141,00

2014	31.407.502.542,00	23.277.378.054,00
2015	27.958.559.426,00	20.983.574.666,00
2016	25.422.408.162,00	19.331.323.434,00
2017	31.722.221.302,00	25.717.736.995,00
2018	40.704.436.117,00	33.055.028.846,00

Fonte: Tabela nossa com dados obtidos em BRASIL (2019)

A oscilação no comércio exterior no período de crise política e econômica é notável especialmente na venda da soja, entretanto os índices são altos e voltam a crescer a partir do ano de 2017. No Tocantins, os números de 2000 a 2017 também foram crescentes na área de exportações, como observa-se na Tabela do Ministério do Desenvolvimento de agosto de 2017, que está em Anexo 1. Em se tratando das exportações tocantinenses, os números são gradativos e apresentam crescimento constante.

Tabela 10 – Exportações do Estado do Tocantins produtos em geral

Exportações do Estado do Tocantins produtos em geral 2008 – 2018		
Ano	Valor em FOB (US\$)	Quilograma líquido
2008	\$297.684.013	569.259.394
2009	\$280.106.798	583.662.965
2010	\$343.922.876	700.438.144
2011	\$486.074.172	741.997.975
2012	\$640.252.091	894.048.657
2013	\$702.121.807	961.036.651
2014	\$859.340.535	1.364.150.403

2015	\$901.268.282	2.181.543.978
2016	\$632.845.232	1.362.882.510
2017	\$951.261.824	2.407.304.484
2018	\$1.204.396.949	2.772.245.404

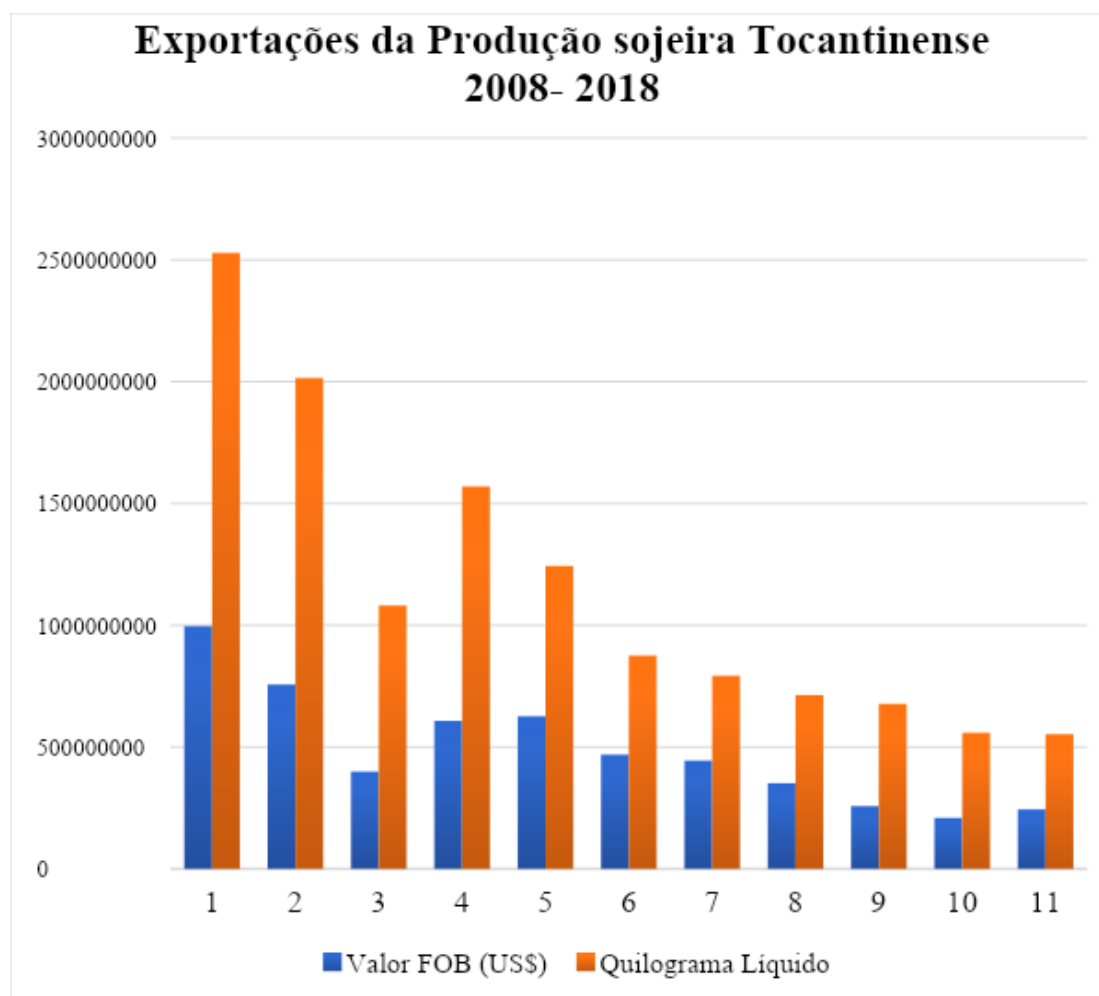
Fonte: tabela nossa com dados obtidos em BRASIL (2019).

Observando a tabela anterior, uma grande queda pode ser notada no ano de 2016, entretanto os números posteriores apresentam recordes de valores em exportação, levando o Tocantins a ser um dos maiores exportadores de produtos básicos do Brasil. Em um momento pós-crise econômica, especificamente após 2010, implementou-se algumas ações caracterizadas de “nova matriz econômica”, entre elas a busca para uma diminuição dos juros incompatíveis com as altas taxas que eram vistas e esperadas de inflação. Dentre outras medidas, o fracasso da estratégia necessitou que a inflação elevasse e progredissem os juros a partir de 2013 progredindo até 2016, tudo isso acompanhado de uma crise política grave e sem expectativas de melhorias recentes, influenciando todos os setores econômicos inclusive a agricultura (BARROS, 2017).

Para uma análise específica da produção dos municípios do Tocantins pode-se observar o documento em anexo 3 desta pesquisa, percebendo grandes números produtivos. Considerando que as regiões de grande produção no Estado são regiões impactadas pela aplicação das políticas públicas comentadas no capítulo anterior.

O setor de produção agropecuária evoluiu a produtividade no ano de 2017. Mesmo com o impacto do período anterior, a agricultura tem uma evolução natural, beneficiada pelo comportamento do clima para as novas safras, além das expectativas para a queda da inflação justificando o novo período e as evoluções nos números produtivos e quebra de recordes especialmente em 2018 (BARROS, 2017). Tendo a exportação exclusiva da soja de sua forma em que mais é comercializada, triturada, por ser geralmente usada na nutrição animal, o Tocantins se destacou batendo recordes de exportação e produção no ano de 2018, como pode-se observar no gráfico a seguir:

Gráfico 3 – Exportação da produção sojeira tocantinense 2008 – 2018.



Fonte: tabela nossa com dados obtidos em (BRASIL, 2019)

Claramente este gráfico apresenta uma evolução na Agricultura tocantinense nos últimos 10 anos, mesmo com a oscilação das crises que se fizeram presentes em todo o território brasileiro, a alta e baixa de juros, oscilação da inflação, as políticas públicas através de projetos implantados nas diversas regiões do Tocantins, contribuíram para esse processo se manter. Os incentivos fiscais também foram fundamentais para esse movimento se estabelecer, mesmo com a diminuição e cortes de benefícios aos projetos que também estão demonstrados em números, especialmente na queda que houve no ano de 2016, onde anteriormente o montante de exportações somava \$607.324.857 dólares no ano de 2015 e caiu

para \$399.025.470 em 2016 se reerguendo novamente apenas no ano seguinte, quebrando o recorde de 2015 (BRASIL, 2019).

O Tocantins exporta produções próprias para mais de cinquenta países de todo o mundo, sendo o principal importador do Estado a China, que compra cerca de 67% dos nossos produtos, seguido por Hong Kong com uma participação de 5,5%, a Espanha com 5,4% de participação de compra e a Tailândia com 2,7% destas exportações. Apenas no ano de 2018, as exportações para a China contabilizaram cerca de US\$ 805,4 milhões de dólares no valor FOB, registrando-se novamente como o maior parceiro do Estado do Tocantins no Comércio Internacional (BRASIL, 2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura brasileira é considerada a principal atividade econômica do país desde os primórdios e assim não diferente os seus Estados federativos tendem a investir na mesma considerando condições de se desenvolverem e contribuírem com o país. A partir da reorganização do espaço agrário do Tocantins que se deu com processo de globalização, o território do mais recente Estado criado teve muito o que ganhar e renovar.

As novas empresas que se instalaram com tecnologias que contribuíssem para as melhorias na produção obtiveram retorno dos produtores e da economia local, além das políticas públicas que são fundamentais para o desenvolvimento de alguma atividade. Considerando que os projetos criados e efetivados pelos governos Federal e Estadual em parceria com companheiros internacionais foram de fundamental importância para a construção do espaço agrário privilegiado que se tornou o Estado do Tocantins, além dos incentivos fiscais que foram imprescindíveis para o impulsionamento das vendas e investimentos locais.

Mesmo após a crise mundial do ano de 2008, e o período de crise política e econômica entre 2015 e 2016, a produção e exportação de soja tocaninense manteve-se comercializando produtos internacionalmente e com a produção cada vez maior. O ano de 2018 foi marcado por recordes de produção e exportação, fortalecendo cada dia mais a imagem produtiva e de uma das novas potências agrárias do país, estabelecendo parcerias internacionais de relevância tamanha como a parceria com a China.

O Tocantins tem grande potencial, apesar de ser um novo Estado, novas perspectivas comerciais estão sempre a surgir, e a busca por melhorias e incentivos locais é incessante acompanhados da valorização do desenvolvimento regional e do apoio ao produtor podem ser fundamentais para a busca dos melhores e maiores rendimentos econômicos do Estado e assim sua contribuição e participação na economia nacional.

Programas de colaboração entre o Estado e instituições internacionais como o BID, que financiou parte do Programa PRODOESTE são de participação fundamental e significativa para melhorias em setores produtivos. Os projetos federais também colaboram para essa progressão, como o PAC que financiou vários projetos regionais de irrigação, contribuindo para o desenvolvimento da agricultura local, além dos incentivos fiscais e condições de comercialização que influenciaram a evolução do escoamento e mercantilização de toda a produção.

Os desafios ainda são muitos, os incentivos para a comercialização da pequena produção são escassos e programas de capacitação para a inserção no mercado de exportações também podem ser criados. O acesso contínuo as novas tecnologias sempre são de bom proveito para que os produtores em geral estejam atualizados e com melhores condições de cultivo do seu produto, sempre em busca de evolução. A criação de novas políticas públicas colabora com todo esse processo de melhoria constante, promovendo à todos os produtores acesso à melhores condições de trabalho e aumentando ainda a contribuição para com o desenvolvimento da fronteira agrícola tocantinense e da agricultura brasileira.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Anne C. L., NAZARÉ, Tiago B., BORGES, Cassio dos S., LIPPI, Raphael. **A logística de transporte da soja no Brasil: comparação entre os modais e atual situação do país**. IX encontro de engenharia de produção agroindustrial. 2015. Disponível em: http://www.fecilcam.br/anais/ix_eepa/data/uploads/2-logistica/2-01.pdf Acesso em: 04 dez 19
- BARROS, Geraldo. **Agronegócio e a queda da inflação**. CEPEA, 2017. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/opiniaio-cepea/agronegocio-e-a-queda-da-inflacao.aspx> Acesso em 12 out 19
- BISPO, Marcileia Oliveira. O cerrado Tocantinense: agronegócio e o Prodoeste. **Revista produção acadêmica núcleo de estudos urbanos regionais e agrários – nurba** n. 1 (junho, 2015), p. 103-115. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/view/1937/8580> Acesso em: 20 ago 19
- BID. Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Programa de Desarrollo de la Región Sur-Occidental del Estado de Tocantins (BR-1152). Relatório de Gestão Ambiental e Social - RGAS**. 2010. Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=EZSHARE-1731353146-40>. Acesso em: 09 set 19.
- BID. Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Programa de Desarrollo de la Región Sur-Occidental del Estado de Tocantins (BR-1152). Relatório de Gestão Ambiental e Social - RGAS**. 2010. Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=EZSHARE-1731353146-40>. Acesso em: 09 set 19.
- BID. Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Project Monoring Report (Public Version). BR-L1152** Second Period Jan-Dec 2017-Public Report. August 02, 2018. Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=EZSHARE-522669563-1647> Acesso em: 09 set 19.
- BID. Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Project Monoring Report (Public Version). BR-L1152** Second Period Jan-Dec 2014 -Public Report. March, 16, 2016. Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=EZSHARE-936380772-4> Acesso em: 10 set 19.
- BOECHAT, Cássio Arruda; MENDONÇA, Maria Luisa; PITTA, Fábio Teixeira. **A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício**. 2017 Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323639180_A_producao_do_espaco_na_regiao_do_MATOPIBA_violencia_transnacionais_imobiliarias_agricolas_e_capital_ficticio. Acesso em: 21 set 19
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília: CONDRAF/NEAD, 2003.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Territórios da Cidadania**. Brasília: CONDRAF/NEAD, 2008.
- BRASIL. Ministério do Planejamento. **Programa de Aceleração do crescimento – PAC**. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>. Acesso em: 02 out 19

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Programa de Aceleração do crescimento – PAC.** Balanço de 4 anos 2007-2010. (2010) Disponível em: <http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/b701c4f108d61bf921012944fb273e36.pdf> Acesso em: 10 out 19

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Programa de Aceleração do crescimento – PAC.** Balanço de 4 anos 2015-2018. (2018) Disponível em: <http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/37855886e9418dce3f9baf3128444233.pdf> Acesso em: 10 out 19

BRASIL. Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Estatísticas de Comércio Exterior, exportação brasileira até set/2019.** Disponível em: http://www.mdic.gov.br/balanca/SH/GRUPO_EXP.xlsx Acesso em: 15 out 19

BRASIL. **Estatísticas Comércio Exterior – Comex Stat. Exportação e Importação Geral. 2019.** Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral> Acesso em: 15 out 19

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Programa de Aceleração do crescimento – PAC.** Balanço de 4 anos 2007-2010. (2010) Disponível em: <http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/b701c4f108d61bf921012944fb273e36.pdf> Acesso em: 14 out 19

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Programa de Aceleração do crescimento – PAC.** Balanço de 4 anos 2015-2018. (2018) Disponível em: <http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/37855886e9418dce3f9baf3128444233.pdf> Acesso em: 11 out 19

BRASIL. Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Exportação e Importação Geral – Tocantins 2008-2018.** Plataforma Comex Stat. 2019. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral> Acesso em: 15 out 19.

BRASIL. Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Vizualização de Comércio Exterior – UF produto - Soja.** Plataforma Comex Vis. 2019. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-uf-produto?uf=to> Acesso em: 16 out 19

BRASIL. Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Vizualização de Comércio Exterior – UF produto – abacaxi.** Plataforma Comex Stat 2019. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral> Acesso em: 18 out 19.

BRASIL. Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Balança Comercial Brasileira – Acumulado do ano.** 2019. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano> Acesso em: 20 out 19

CAMPOS, C. S. S., MORAIS, L., SÁ H. A.. **Que desenvolvimento é esse? Análise da expansão do agronegócio da soja na área do MATOPIBA a partir de uma perspectiva furtadiana.** 2015. Disponível em:

<http://www.coreconpr.gov.br/wp-content/uploads/2015/10/b6.pdf> Acesso em: 11 out 19

CARDOSO, FH. **Avança, Brasil: proposta de governo** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 172 p. Disponível em:

<https://static.scielo.org/scielobooks/62rp6/pdf/cardoso-9788599662687.pdf> Acesso em: 11 out 19

CITRA, Marcos A. M.; FARHI, Maryse. **A crise financeira e o global shadow banking system**. Novos estud. - CEBRAP nº.82 São Paulo Nov. 2008 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002008000300002&script=sci_arttext&tlng=pt Acesso em 15 out 19

DUARTE, Samuel Correa. Análises de políticas públicas e a expansão do agronegócio: o caso do Programa de Desenvolvimento da Região do Sudoeste do Tocantins – PRODOESTE. **Revista Interface**, Edição nº 15, junho de 2018. p. 6 – 24 Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/interface/article/view/5393/14341> Acesso em: 11 out 19

ELIAS, D. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M.A. (Org). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. 1.ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Embrapa soja – soja em números** (safra 2018/19). 2019. Disponível em: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos> Acesso em: 20 out 19

ESCOBAR, Arturo. **La Invención del Tercer Mundo**: construcción e desconstrucción del desarrollo. Bogotá: Norma, 1996.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

ESTRE, Felipe Bernardo. **Poder Interdependência e Desigualdade**. Orientador: Paulo Luiz Moreaux Lavigne Esteves. 2011. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=19569@1>

EVOLUÇÃO, do PIB em 10 anos (2008-2017). **Gazeta do Povo**. Publicado em 1 de março de 2018, atualizado em 26 de abril de 2019. Disponível em: <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/economia/evolucao-do-pib-em-10-anos-2008-2017/> Acesso em: 10 out 19

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, 1910-1989. **Miniaurélio Século XXI**: o minidicionário da língua portuguesa. 5º ed. rev. Ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERNANDES, Daniela Pereira. **Incentivos fiscais**: como conseguí-los para reduzir as despesas tributárias da sua empresa. Jun/2019. Disponível em: <https://www.treasy.com.br/blog/incentivos-fiscais/> Acesso em: 11 out 19

FILGUEIRAS, Luiz. **O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico**. En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9 Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf> Acesso em: 11 out 19

GASPARIN, Gabriela. Entenda como a crise de 2008 influenciou a vida dos brasileiros. **G1-Economia – seu dinheiro**. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2011/09/entenda-como-crise-de-2008-influenciou-vida-dos-brasileiros.html> Acesso em: 17 out 19.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2006**. 2006. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/pesquisa/24/76693?ano=2006> Acesso em: 11 set 19.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário resultados preliminares de 2017**. 2017. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/pesquisa/24/76693?ano=2017-preliminar> Acesso em: 11 set 19

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Lavoura Temporária – 2009**. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/pesquisa/14/10193?ano=2009> Acesso em: 13 out 19

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Lavoura Temporária – 2013**. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/pesquisa/14/10193?ano=2013> Acesso em: 13 out 19

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Lavoura Temporária – 2014**. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/pesquisa/14/10193?ano=2014> Acesso em: 13 out 19

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Lavoura Temporária – 2015**. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/pesquisa/14/10193?ano=2015> Acesso em: 13 out 19

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Lavoura Temporária – 2018**. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/pesquisa/14/10193?ano=2018> Acesso em: 13 out 19.

LIMA, Debora Assumpção e. **Fronteira moderna de grãos e as transformações do espaço agrário no Tocantins**. Palmas/TO: EDUFT, 2017.

LIMA, Débora Assumpção e. **A expansão da soja na fronteira agrícola moderna e as transformações do espaço agrário tocantinense**. 2014. 160 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em:
<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286623>

MAIS, Retorno. Ótica da Oferta (PIB). **Mais Retorno**. Disponível em:
<https://maisretorno.com/blog/termos/o/otica-da-oferta-pib> Acesso em: 10 out 19

MIRANDA, Aurora Amélia Brito de. **O conceito de território e as recentes políticas de desenvolvimento rural e suas contradições no estado do maranhão**. R. Pol. Públ., São Luís, v.16, n.1, p. 123-132, jan. /jun. 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira**. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015. ISSN 2179-0892. Disponível em:
<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/102776> doi:
<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2015.102776>> Acesso em:
http://www.periodicos.usp.br/geosp/article/view/102776/pdf_1

SANTOS, Roberto de Souza. **Fronteira, território e cidades no cerrado: discussões e reflexões socioterritoriais**. Roberto de Souza Santos, Elizeu Ribeiro Lira (orgs). Goiânia: Kelps, 2017.

SENKOVSKI, Antonio C. PIB agropecuário tem queda de 6,6% em 2016, informa o IBGE. **Gazeta do Povo**, 2017. Disponível em:
<https://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/agricultura/pib-agropecuaria-tem-queda-de-66-em-2016-informa-ibge-7cnm8vytdlw6l3pthxvb52pjh/> Acesso em: 20 out 19.

SIDRA, Sistema IBGE de recuperação automático. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. Exportação tocaninense total por fator agregado 2000-2017**. 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6588#resultado> Acesso em: 20 out 19

SOUSA, Renata P. B. **Direito agrário, projetos portuários e comunidades quilombolas: uma análise a partir do projeto de construção do “porto do maicá” em Santarém – PA**. 2018. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/9098/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Renata%20Priscila%20Benevides%20de%20Sousa%20-%202018.pdf>. Acesso em: 17 out 19.

TOCANTINS, Governo do. FONTES, Seleucia. **Empresas Tocantinenses são beneficiadas com incentivos fiscais**. Portal Tocantins – Notícias. Outubro/2018. Disponível em: <https://portal.to.gov.br/noticia/2018/10/19/empresas-tocantinenses-sao-beneficiadas-com-incentivos-fiscais/> Acesso em: 12 out 19

TOCANTINS, Secretaria da Fazenda e Planejamento. **Produto Interno Bruto do Estado do Tocantins – 2016**. 2017. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/420910/> Acesso em: 12 out 19

TOCANTINS, Secretaria da Fazenda e Planejamento. **Balança Comercial – Municípios. 2019**. Disponível em: <http://www.sefaz.to.gov.br/estatistica/estatistica/tocantins-em-numeros/balanca-comercial/municipios/> Acesso em: 20 de outubro de 2019.

WIKIPEDIA, 2019. Tocantins. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Tocantins> Acesso em: 04 dez 19

ANEXO A – EXPORTAÇÃO TOCANTINENSE TOTAL POR FATOR AGREGADO

Ministério do Desenvolvimento		EXPORTAÇÃO BRASILEIRA TOCANTINS				FATEXP
Secretaria de Comércio Exterior		Totais por Fator Agregado				
AGO - 2017						
Ano/Mês	TOTAL US\$ FOB	Básicos US\$ FOB	Semimanufaturados US\$ FOB (A)	Manufaturados US\$ FOB (B)	Inudustrializados US\$ FOB (A) + (B)	Operações Especiais US\$ FOB
2000	8.310.978	4.579.805	3.731.173	-	3.731.173	-
2001	3.919.041	2.537.840	1.374.976	6.225	1.381.201	-
2002	16.208.565	16.208.282	-	283	283	-
2003	45.580.963	45.568.238	-	12.725	12.725	-
2004	116.466.081	112.675.353	1.079.237	2.711.491	3.790.728	-
2005	158.735.865	156.399.884	544.449	1.791.532	2.335.981	-
2006	203.886.580	199.040.871	3.084.585	1.761.124	4.845.709	-
2007	154.981.621	151.517.454	1.721.888	1.742.279	3.464.167	-
2008	297.705.534	296.566.137	166.269	944.291	1.110.560	28.837
2009	280.218.094	278.617.401	-	1.600.693	1.600.693	-
2010	343.991.671	343.352.712	-	638.959	638.959	-
2011	486.316.321	484.426.914	-	1.889.407	1.889.407	-
2012	644.145.231	621.375.577	-	22.645.360	22.645.360	124.294
2013	702.295.276	682.432.539	14.108.313	5.738.046	19.846.359	16.378
2014	859.755.997	842.727.445	16.452.657	567.294	17.019.951	8.601
2015	901.811.386	886.892.833	13.459.068	1.337.767	14.796.835	121.718
2016	632.845.223	607.353.934	20.934.526	4.556.763	25.491.289	-
Janeiro	25.178.948	22.405.030	2.550.489	223.429	2.773.918	-
Fevereiro	16.500.689	14.569.669	1.467.757	463.263	1.931.020	-
Março	55.371.631	53.125.526	1.698.442	547.663	2.246.105	-
Abril	121.164.045	119.176.451	1.469.411	518.183	1.987.594	-
Mai	122.869.645	120.935.465	1.660.619	273.561	1.934.180	-
Junho	101.211.261	97.906.147	2.815.747	489.367	3.305.114	-
Julho	72.683.082	69.009.040	3.235.618	438.424	3.674.042	-
Agosto	52.742.731	49.826.559	2.405.989	510.183	2.916.172	-
Setembro	15.970.656	14.215.827	1.401.775	353.054	1.754.829	-
Outubro	18.294.278	17.504.506	411.424	378.348	789.772	-
Novembro	16.927.114	15.908.081	731.317	287.716	1.019.033	-
Dezembro	13.931.143	12.771.633	1.085.938	73.572	1.159.510	-
2017	764.204.953	753.490.885	9.663.413	1.050.655	10.714.068	-
Janeiro	12.771.375	11.588.981	989.995	192.399	1.182.394	-
Fevereiro	15.294.625	14.019.849	1.156.053	118.723	1.274.776	-

Fonte: SIDRA, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6588#resultado>

Acesso em: 20 de outubro de 2019

ANEXO B - BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA 2000-2019

ANO	EXPORTAÇÃO (A)	IMPORTAÇÃO (B)	SALDO(A-B)	CORRENTE (A+B)	VARIAÇÃO %
					EXPORTAÇÃO (A)
2000	41.345.065.542	40.650.265.289	694.800.253	81.995.330.831	18,2
2001	44.331.525.859	42.996.391.934	1.335.133.925	87.327.917.793	7,2
2002	43.481.213.569	35.586.607.591	7.894.605.978	79.067.821.160	-1,9
2003	52.751.216.862	34.992.530.014	17.758.686.848	87.743.746.876	21,3
2004	70.155.135.402	45.158.998.920	24.996.136.482	115.314.134.322	33,0
2005	86.991.043.988	54.001.425.618	32.989.618.370	140.992.469.606	24,0
2006	100.876.988.869	66.638.789.015	34.238.199.854	167.515.777.884	16,0
2007	116.539.106.105	85.481.066.163	31.058.039.942	202.020.172.268	15,5
2008	150.758.547.269	131.315.961.281	19.442.585.988	282.074.508.550	29,4
2009	111.735.794.228	90.670.193.023	21.065.601.205	202.405.987.251	-25,9
2010	144.853.697.687	132.242.880.548	12.610.817.139	277.096.578.235	29,6
2011	189.932.184.361	166.932.842.417	22.999.341.944	356.865.026.778	31,1
2012	180.347.919.179	164.937.080.086	15.410.839.093	345.284.999.265	-5,0
2013	177.453.958.731	179.297.776.976	-1.843.818.245	356.751.735.707	-1,6
2014	173.589.881.463	174.354.806.564	-764.925.101	347.944.688.027	-2,2
2015	144.405.799.561	134.230.477.623	10.175.321.938	278.636.277.184	-16,8
2016	139.361.174.687	103.210.827.297	36.150.347.390	242.572.001.984	-3,5
2017	164.588.875.981	111.330.629.161	53.258.246.820	275.919.505.142	18,1
2018	177.082.352.477	135.345.612.007	41.736.740.470	312.427.964.484	7,6
2019	167.205.645.912	133.588.180.488	33.617.465.424	300.793.826.400	-5,6

Fonte: BRASIL, 2019. Disponível em:
<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasil-eira-acumulado-do-ano>
 Acesso em: 20 de outubro de 2019

ANEXO C – BALANÇA COMERCIAL PRINCIPAIS MUNICÍPIOS EXPORTADORES DO TOCANTINS DO ANO DE 2018



BALANÇA COMERCIAL DOS MUNICÍPIOS - TOCANTINS - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018

Pedro Afonso	Palmas
16,7%	15,9%
Participação das Exportações no Estado	Participação das Exportações no Estado
1º	2º
Ranking das Exportações no Estado	Ranking das Exportações no Estado
258º	270º
Ranking das Exportações no Brasil	Ranking das Exportações no Brasil
≤ 5	9
Quantidade de Exportadores**	Quantidade de Exportadores**
42% Soja mesmo trituração	98% Soja mesmo trituração
Principal produto exportado	Principal produto exportado
US\$ 52,22 Milhões	US\$ 115,84 Milhões
Valor Exportado Soja (US\$ FOB)	Valor Exportado Soja (US\$ FOB)
42% China	87% China
Principail País parceiro	Principail País parceiro
Porto Nacional	Guaraí
12,9%	11,6%
Participação das Exportações no Estado	Participação das Exportações no Estado
3º	4º
Ranking das Exportações no Estado	Ranking das Exportações no Estado
321º	352º
Ranking das Exportações no Brasil	Ranking das Exportações no Brasil
≤ 5	≤ 5
Quantidade de Exportadores**	Quantidade de Exportadores**
96% Soja mesmo trituração	100% Soja mesmo trituração
Principal produto exportado	Principal produto exportado
US\$ 92,18 Milhões	US\$ 86,06 Milhões
Valor Exportado Soja (US\$ FOB)	Valor Exportado Soja (US\$ FOB)
53% China	80% China
Principail País parceiro	Principail País parceiro

**Quantidade de Exportadores/Importadores considera tanto os operadores pessoas jurídicas (CNPJ) quanto físicas (CPF).
 Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços/SEFAZ-Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas.

Fonte: TOCANTINS, 2019. Disponível em:
<http://www.sefaz.to.gov.br/estatistica/estatistica/tocantins-em-numeros/balanca-comercial/municipios/> Acesso
em: 20 de outubro de 2019